



## **Ciência geográfica e geo-grafias: reflexões quanto à geopolítica do conhecimento a partir do contexto africano**

Elisabete de Fátima Farias Silva<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O artigo problematiza como a institucionalização da ciência geográfica no século XIX esteve profundamente articulada ao projeto colonial, expandindo-se pelo continente africano por meio de universidades, sociedades geográficas, revistas acadêmico-científicas e redes transnacionais de produção do conhecimento sustentadas por continuidades hegemônicas, mas também constantemente tensionadas por resistências e negociações locais. A partir de uma abordagem contextual, discute-se como a geografia moderna participou da produção colonial do espaço africano, expressando-se nos modos de ver, organizar, representar e nomear territórios, populações e fenômenos geográficos. O texto também analisa a consolidação do ensino superior de geografia em alguns países africanos, evidenciando suas particularidades históricas, disputas curriculares e relações com os processos de colonização, independência e construção nacional. Por fim, enfatiza as trajetórias e conexões intelectuais de autores africanos e da diáspora, como John Augustus Otunba Payne (1839-1906), Akinlawon Ladipo Mabogunje (1931-2021) e Milton Santos (1926-2001), destacando como suas experiências e interlocuções transatlânticas contribuíram para tensionar a centralidade euro-estadunidense na história da disciplina. Quando essas geo-grafias insurgentes se encontram e articulam redes transnacionais, abrem-se caminhos para um pensamento Sul situado, comprometido tanto com as realidades locais quanto com uma reconfiguração global da produção do conhecimento geográfico.

**Palavras-chave:** geografia; história da ciência; abordagem contextual; África-Brasil.

<sup>1</sup> Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas. Professora na Universidade Estadual do Maranhão e na Universidade Federal do Maranhão. E-mail: [lisafariasgeografia@gmail.com](mailto:lisafariasgeografia@gmail.com).



## Introdução

A palavra geografia abrange um amplo campo de significados e possibilidades. Não é raro que, ao mencionar que sou professora de geografia, eu ouça comentários como “eu gostava muito de geografia, sabia o nome de todas as capitais” ou, em sentido oposto, “não gostava de geografia, porque precisava decorar tudo para as provas”. Também fora do campo acadêmico, o termo costuma aparecer de forma restrita, seja como sinônimo das características físico-naturais de determinada área, seja como mera localização de um sítio. Em ambos os casos, a geografia tende a ser reduzida à descrição, à memorização ou à localização dos fenômenos no espaço.

Entretanto, a geografia não corresponde apenas a um conjunto de conteúdos escolares ou a um campo científico institucionalizado. As relações entre pessoas, lugares e ambientes sempre demandaram formas de observação, orientação, organização e elaboração de conhecimentos espaciais. Muito antes da consolidação da geografia universitária moderna, diferentes povos já produziam leituras situadas do mundo a partir de suas experiências territoriais, práticas cotidianas, formas de deslocamento, manejo ambiental, circulação comercial, memória coletiva e modos de habitar. Nesse sentido, a produção de conhecimento sobre as relações entre sociedade e natureza antecede historicamente a institucionalização da Geografia como disciplina científica no modelo europeu do século XIX.

É a partir dessa distinção que, neste texto, proponho compreender geografia e geo-grafias como noções relacionadas, mas não equivalentes. Por geo-grafias, refiro-me às formas situadas de elaboração do espaço produzidas nas experiências vividas de diferentes povos. Trata-se de conhecimentos tecidos nas práticas cotidianas e vinculados a determinadas realidades geográficas, sem a pretensão de universalidade característica da ciência moderna. Povos da floresta, do deserto, das savanas ou das regiões costeiras, por exemplo, elaboram geo-grafias próprias, constituídas por técnicas, saberes, deslocamentos, linguagens e formas específicas de relação com a Terra. Essas geo-grafias não se restringem ao passado nem existem à



margem da ciência: atravessam práticas contemporâneas, alimentam experiências culturais e frequentemente tensionam os próprios limites da geografia acadêmica.

Já por geografia compreendo, para os fins deste texto, a ciência geográfica institucionalizada no contexto do projeto moderno-colonial europeu consolidado ao longo do século XIX. Nesse processo, a geografia conformou-se como um campo disciplinar voltado não apenas à interpretação do espaço, mas também à sua classificação, ordenamento e administração. Longe de constituir um saber neutro, a geografia moderna articulou-se à expansão imperial europeia, participando da produção de técnicas cartográficas, regionalizações, inventários territoriais e formas de controle populacional fundamentais à consolidação do colonialismo.

O continente africano ocupou posição central nesse processo. Ao mesmo tempo em que diferentes sociedades africanas mantinham geo-grafias próprias, produzidas em suas territorialidades e modos de vida, a África tornou-se objeto privilegiado da geografia colonial europeia. A institucionalização da geografia nas universidades, sociedades científicas e administrações coloniais participou diretamente da construção de modos específicos de ver, dividir e governar o espaço africano. Regionalizações, classificações étnicas, delimitações territoriais e descrições ambientais integraram estratégias mais amplas de dominação colonial e de legitimação da geopolítica do conhecimento moderna.

Contudo, a consolidação da geografia institucionalizada não eliminou as geo-grafias africanas. Muitas delas permaneceram vivas nas práticas cotidianas, nos usos do território, nas formas de circulação, nas experiências culturais e nas resistências epistêmicas produzidas no continente. Assim, mais do que pensar uma oposição rígida entre ciência e saberes outros, interessa compreender as tensões, disputas e atravessamentos entre diferentes formas de produzir conhecimento espacial.

A partir de uma abordagem contextual, o presente texto busca problematizar a institucionalização da geografia no contexto colonial africano e suas relações com as geo-grafias vividas no continente e no encontro transatlântico. Interessa compreender, de um lado, como a geografia moderna participou da produção colonial



do espaço africano e, de outro, como diferentes geo-grafias persistem, tensionam e deslocam os limites epistêmicos da disciplina. Para tanto, o artigo organiza-se em três seções: (i) “Institucionalização da ciência geográfica no Ensino Superior: universidades, sociedades e revistas acadêmico-científicas”; (ii) “O ensino superior de geografia na África: breves considerações” e (iii) “Quando geo-grafias se encontram na geografia: por um pensamento Sul situado”, seção que enfatiza conexões intelectuais transatlânticas e geo-grafias vividas entre África e Brasil a partir de trajetórias e interlocuções Sul-Sul.

### **Institucionalização da ciência geográfica no Ensino Superior: universidades, sociedades e revistas acadêmico-científicas**

A institucionalização e a difusão da ciência geográfica contribuíram para a sistematização de conhecimentos sobre o mundo para além da Europa, ainda que a partir de um horizonte epistemológico profundamente ancorado em seu próprio projeto histórico. Nesse processo, a geografia consolidou formas específicas de entender, classificar e governar o espaço global, articuladas às dinâmicas de formação dos Estados-nação e às disputas geopolíticas pela produção do mundo como objeto de conhecimento. Trata-se, assim, de uma geopolítica do saber na qual Europa, América e África são simultaneamente “inventadas” como categorias históricas e espaciais, em um regime de hierarquização e assimetria epistemológica. Nesse contexto, a geografia colonial e a chamada geografia dos trópicos aproximaram-se do continente africano sobretudo como recurso a ser explorado, mapeado, catalogado e administrado, tornando-o simultaneamente objeto privilegiado de conhecimento e território de intervenção.<sup>2</sup>

Embora a descolonização da África tenha se concentrado nas décadas de 1950 a 1970, a mentalidade colonial perdura de diferentes formas.<sup>3</sup> O caráter eurocêntrico

<sup>2</sup> MUDIMBE, Valentin-Yves. *A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2019. HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. *Confins*, [S. l.], n. 5, p. 19-51, 2009. BERDOULAY, Vincent. *A escola francesa de Geografia: uma abordagem contextual*. São Paulo: Perspectiva, 2017, p. 36.

<sup>3</sup> BOAHEN, Albert Adu. O colonialismo na África: impacto e significação. In: BOAHEN, Albert Adu (org.). *História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p. 919-950. MAMDANI, Mahmood. Between the Public Intellectual and the Scholar: Decolonization and Some



racista permanece situando o pensamento enquanto ordenador de uma hierarquia colonial que conforma uma geopolítica entre Europa-África-América quanto ao o quê, como e de que forma os conhecimentos podem/devem circular.<sup>4</sup>

O vocabulário do explorador encontra eco nos textos, aulas e discursos atuais da ciência geográfica: o caráter enciclopédico, hierarquizante e universalizante reina. Verbos como explorar, averiguar, nortear, clarear os pensamentos, trazer a luz, dar voz e dominar o conhecimento são expressões corriqueiras imbuídas do iluminismo moderno do qual a institucionalização das ciências, inclusive a geográfica, se vincula. De modo correlato, a organização do conhecimento em grades curriculares, disciplinas e correntes teóricas tende a estabilizar e reificar determinados regimes de inteligibilidade, produzindo um saber frequentemente compartimentalizado e historicamente situado, cuja constituição esteve atravessada por lógicas de salvacionismo, exotização e hierarquização do outro.

Além do vocabulário, os próprios modos de produção, validação e circulação do conhecimento científico permanecem, em muitos casos, dissociados das lógicas dos lugares que procuram descrever. Nesse cenário, impõe-se uma assimetria epistemológica persistente: de que modo o conhecimento produzido a distância adquire autoridade para interpretar mais legitimamente os próprios modos de vida daqueles que habitam esses espaços? Essa questão recoloca, de forma direta, o problema da colonialidade do saber, historicamente consolidada e reforçada no processo de institucionalização da ciência geográfica.

Enfrentar essa colonialidade não implica apagar a geografia institucionalizada, mas interrogar seus fundamentos, deslocar seus centros de enunciação e reconfigurar seus regimes de produção do conhecimento. No caso da geografia, isso exige uma análise simultânea dos planos epistemológico, institucional e metodológico. Não se

---

Post-Independence Initiatives in African Higher Education. *Inter-Asia Cultural Studies*, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 68-83, 2016. MAMDANI, Mahmood. Decolonising Universities. In: HALVORSEN, Tor; ORGERET; Kristin Skare; KRØVEL, Roy (org.). *Sharing Knowledge, Transforming Societies: The Norhed Programme 2013-2020*. Cape Town: African Minds, 2019, p. 48-67. GOERG, Odile. Cortar a Guiné em quatro ou como a colonização imaginou a África. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, n. 43, v. 2, p. 191-209, 2021.

<sup>4</sup> WANINGA, Willy et al. The Politics of Knowledge: Power, Epistemic Coloniality, and Publication Dynamics in African Higher Education. *Journal of Education and Practice*, [S. l.], v. 9, n. 5, 31-46, 2025.



trata apenas de reescrever a história da produção do conhecimento em África, mas de questionar os critérios que definem o que conta como saber válido, quem pode enunciar esse saber e a partir de quais posições ele se legitima. Como sugere Mudimbe, trata-se de interrogar a “ordem do conhecimento” colonial que estruturou as condições de possibilidade do que pode ser dito, pensado e reconhecido como conhecimento legítimo sobre o continente.<sup>5</sup>

A produção de conhecimento acerca das relações sociedade-natureza, fundamentada na observação, sistematização e interpretação dos lugares e de seus processos socioespaciais, antecede historicamente a institucionalização da geografia como disciplina universitária no modelo científico moderno europeu do século XIX. Diferentes sociedades africanas já elaboravam suas próprias formas de conhecimento espacial por meio da circulação comercial, da cartografia vernacular, dos sistemas agrários, das territorialidades políticas, das práticas de manejo ambiental e da dimensão simbólica e espiritual,<sup>6</sup> constituindo epistemologias geográficas que organizavam e interpretavam o espaço muito antes da consolidação da universidade moderna e da disciplinarização da ciência geográfica.

Nesse mesmo sentido, e ampliando a perspectiva de sistematização desses saberes acumulado, o mundo antigo já abrigava diferentes tradições intelectuais que se debruçaram sobre essas questões fundamentais, produzindo conhecimentos sofisticados acerca do mundo natural e das práticas humanas.<sup>7</sup>

A historiografia ocidental, por sua vez, situa o surgimento da universidade na Europa medieval, especialmente na Itália, com a Universidade de Bolonha (fundada em 1088 e voltada inicialmente ao ensino do Direito), e na França, com a Universidade de Paris (constituída por volta de 1150, com formação em Filosofia, Teologia, Direito e Medicina). Com isso, tende-se a afastar a compreensão de que a universidade teria origem na Antiguidade Clássica, embora a Academia de Platão, fundada em Atenas entre 387 e 386 a.C., seja frequentemente reconhecida como precursora da ideia geral de universidade nos moldes europeus. Posteriormente, a formulação da universidade

<sup>5</sup> MUDIMBE, *A invenção da África*.

<sup>6</sup> SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2003.

<sup>7</sup> DIOP, Cheikh Anta. *Civilização ou barbárie: uma antologia de textos*. São Paulo: Editora da UNESP, 2013.



moderna consolidou-se na Alemanha, com a criação da Universidade de Berlim, em 1809, cujo projeto acadêmico, fundamentado nas formulações de Humboldt, estabeleceu princípios como a articulação entre ensino e pesquisa e a centralidade da produção científica.<sup>8</sup>

Todavia, a história das instituições de ensino superior revela outras temporalidades e trajetórias. A tradição islâmica de universidades precedeu àquelas na Europa, como a Universidade Karawiyyin (no atual território de Fez, Marrocos, fundada no ano 859) e a Universidade Al-Azhar (no Cairo, Egito, fundada no ano 960).<sup>9</sup> Além destas, tem-se sustentado que outras universidades foram criadas no período equivalente ao da Idade Média europeia, como a famosa Universidade de Tombuctu (no século XII, em Sankore, no atual Mali).<sup>10</sup>

Ademais, embora existissem na África pré-colonial centros de ensino próximos daquilo que hoje se compreende como universidade (tal como as instituições islâmicas no Norte e no Oeste africano e as universidades cristãs etíopes), e apesar da criação de faculdades e universidades nos moldes ocidentais durante o século XIX e início do século XX sob domínio colonial europeu (especialmente em partes da África Ocidental e da África do Sul), a maior parte das universidades africanas foi efetivamente instituída apenas após 1945.<sup>11</sup>

Esse aumento expressivo da criação de universidade ocorreu após um “longo período de relutância por parte das potências coloniais em estabelecerem centros universitários em África”. Um das justificativas era o receio “derivado da experiência na Índia, de educar os nativos ao mais alto nível”<sup>12</sup> - o que poderia favorecer a formação de elites intelectuais críticas e, consequentemente, intensificar demandas por autonomia política e questionamentos à ordem colonial vigente.

<sup>8</sup> HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre a organização interna e externa das instituições científicas superiores em Berlim. In: CASPER, Gerhard; HUMBOLDT, Wilhelm von. *Um mundo sem universidades?*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003, p. 79-100.

<sup>9</sup> ZELEZA, Paul Tiyambe. *A Historical Accounting of African Universities: Beyond Afropessimism*. Dakar: CODESRIA, 2006.

<sup>10</sup> HABTE, Aklilu; WAGAW, Teshome. Educação e mudança social. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. (org.). *História Geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010, p. 817-845.

<sup>11</sup> OLUKOSHI, Adebayo; ZELEZA, Paul Tiyambe. The African University in the Twenty-First Century: Future Challenges and a Research Agenda. In: OLUKOSHI, Adebayo; ZELEZA, Paul (org.). *African Universities in the Twenty-First Century*. Dakar: Council of the Development of Social Research in Africa, 2004, p. 595-617.

<sup>12</sup> OLUKOSHI; ZELEZA, *The African University in the Twenty-First Century*, p. 598.



Nesse bojo de disputas que incidem não apenas sobre quando foi instalada, mas, sobretudo, como e com qual propósito foram instaladas as universidades no continente africano, Mahmood Mamdani e Francis Nyamnjoh abordam criticamente o papel neocolonial da universidade no contexto africano contemporâneo.<sup>13</sup>

Mamdani analisa como a estrutura universitária herdada do colonialismo europeu perpetua formas de violência (nos planos psicológico, cultural, econômico e político), inclusive que perdura com os nacionalismos pós-independência.<sup>14</sup> Defendendo, assim, a necessidade de compreender a universidade não apenas como espaço de excelência acadêmica, mas como instituição de relevância social.

Nyamnjoh, por sua vez, propõe a noção de convivialidade, enfatizando o diálogo entre diferentes formas de conhecimento, práticas e perspectivas presentes no continente africano - frequentemente invisibilizadas por narrativas únicas - como caminho para a descolonização do saber. Além disso, argumenta que a expansão da produção e circulação acadêmica africana na era digital, por meio de redes de pesquisa e maior acesso às publicações, pode contribuir para um futuro mais equitativo, dinâmico e transformador

A partir de sua experiência na Universidade Makerere (Uganda), na Universidade de Dar es Salaam (Tanzânia) e com a contribuição dos intelectuais Ali Mazrui e Walter Rodney, Mamdani entende que as universidades africanas podem e devem ser arenas que ajudem a unir os dois papéis interdependentes que todo acadêmico deve desempenhar: ser um acadêmico e um intelectual público. A maneira de aproximar essas duas dimensões do trabalho é estabelecer vínculos entre o global e o local: “The challenge in higher education, in Africa and elsewhere, is to be both responsive to the local and engaged with the global”.<sup>15</sup>

Outros pesquisadores argumentam ainda que, na contemporaneidade, um dos principais fatores que restringem a liberdade acadêmica é o papel, a natureza e o

<sup>13</sup> MAMDANI, *Decolonising Universities*. NYAMNJOH, Francis. *Reimagining African Scholarship: A Convivial Approach Beyond the Single Story*. Limbe: Langaa RPCIG, 2025.

<sup>14</sup> TÉ, Paulo Anós. A violência política colonial na África: um diálogo entre Mahmood Mamdani e Frantz Fanon. *Revista Aedos*, [S. l.], v. 14, n. 31, p. 45-60, 2022.

<sup>15</sup> MAMDANI, *Decolonising Universities*, p. 49.



impacto do Estado africano pós-colonial sobre a Universidade.<sup>16</sup> Das dificuldades encontradas, pesquisadores africanos de diversas áreas ressaltam o não reconhecimento da liberdade dos universitários diante dos currículos oficiais que permanecem descolados das realidades africanas. Soma-se a isso a ausência das condições estruturais e financeiras necessárias à investigação e ao trabalho dos investigadores enquanto campo profissional relevante.<sup>17</sup>

No caso da geografia, em específico, sua constituição científica na escala mundial se dá a partir do século XIX com a criação de Sociedades de Geografia (Paris 1821, Berlim 1828, Londres 1830, Lisboa 1875), Cátedras nas Universidades já existentes e novos Centros de Ensino Superior – primeiramente, na Europa e, depois, nos demais continentes. Entre os marcos mais frequentemente associados à sua institucionalização destacam-se o primeiro Congresso Internacional de Geografia (Antuérpia, Bélgica, 1871), e a criação da União Geográfica Internacional (Bruxelas, Bélgica, 1922). A respeito desse processo fundador:

Motivações religiosas, econômicas e políticas catalisadas pela preocupação sobre o futuro nacional, reuniram pessoas provenientes de horizontes ideológicos muito variados por trás de uma doutrina relativamente coerente. As sociedades de geografia muito contribuíram para aproximar os doutrinários da colonização. A propaganda e a expansão coloniais implicaram, de fato, um melhor conhecimento da terra e este, aliás, foi de par com o interesse cada vez mais disseminado pelas explorações e pelos estudos geográficos.<sup>18</sup>

Nesse quadro, a geografia científica sistematizou e difundiu conhecimentos, sobretudo a partir de relatos de viagens de comerciantes, missionários e pesquisadores, além de expedições financiadas por reinos e Estados-nação coloniais, intensificadas ao longo do século XVIII.<sup>19</sup>

As sociedades de geografia desempenharam um papel fundamental na acumulação, no encorajamento e na difusão do saber geográfico (em particular, os

<sup>16</sup> VARELA, Bartolomeu Lopes. O Ensino Superior em África: potencialidades, desafios e perspectivas. In: *A Causa da Educação*. Praia, 19 out. 2015. Disponível em: <https://bartvarela.wordpress.com/>.

<sup>17</sup> BOAHEN, O *colonialismo na África*. YANKAH, Kwesi (2016). A globalização e o acadêmico africano. In: LAUER, Helen; ANYIDOH, Kofi (org.). *O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas*. Brasília: FUNAG, 2016, p. 127-161. HABTE; WAGAW, *Educação e mudança social*. MAMDANI, *Between the Public Intellectual and the Scholar*.

<sup>18</sup> BERDOULAY, *A escola francesa de Geografia*.

<sup>19</sup> MORAES, Antônio Carlos Robert. *A gênese da Geografia Moderna*. São Paulo: Hucitec, 1989.



resultados de explorações e viagens), provocando o crescimento de público interessado nos estudos geográficos e o alargamento dos temas debatidos. Ainda assim, “não se dedicou, entretanto, muita atenção aos laços que uniram esse fenômeno ao movimento colonial”.<sup>20</sup>

O movimento colonial faz parte do contexto não apenas da institucionalização da ciência geográfica, mas, ainda, do sucesso rápido que a geografia alcançou no meio da opinião pública e do sistema universitário, com almanaques e enciclopédias que descreviam terras e costumes exotizados.

Porém, “nem o colonialismo, nem o nacionalismo, sozinhos, podem explicar a institucionalização da geografia. As atitudes e as ideais da classe dirigente, assim como a própria estrutura universitária, desempenharam papel importante nesse processo”.<sup>21</sup> Nesse contexto, a Alemanha e a França consolidaram-se como os principais berços institucionais da geografia moderna.

A Alemanha, onde surgiram institutos e cátedras dedicados às primeiras incursões teórico-metodológicas da Geografia, foi responsável pela formulação das primeiras correntes do pensamento geográfico científico. O país vivia o processo de unificação de seu território nacional, enquanto a burguesia buscava impulsionar o desenvolvimento inicial do capitalismo com objetivos expansionistas: ampliar o acesso a matérias-primas, conquistar mercados, expandir territórios e consolidar o poder sob a liderança de um Estado-nação forte e centralizador.

Já a França do século XIX demonstrou grande entusiasmo pela aplicação do método científico aos diversos aspectos da natureza e da sociedade. A geografia consolidou-se rapidamente, não apenas no ambiente universitário, mas também nos programas de ensino primário e secundário. O fortalecimento dessa ciência contou com o apoio de numerosas associações, revistas, congressos e trabalhos de divulgação científica, que contribuíram para despertar e manter o interesse pela nascente ciência geográfica. Nesse cenário, as casas editoriais desempenharam papel fundamental ao

---

<sup>20</sup> BERDOULAY, *A escola francesa de Geografia*, p. 36.

<sup>21</sup> BERDOULAY, *A escola francesa de Geografia*, p. 64.



difundir o conhecimento geográfico e estimular a curiosidade de um público leitor cada vez mais amplo e diversificado.<sup>22</sup>

Os geógrafos franceses não apenas foram influenciados pela expansão colonial, mas também desempenharam papel ativo em sua legitimação. Ao mesmo tempo em que defendia a objetividade e a neutralidade científica, grande parte da escola francesa de Geografia mantinha estreita relação com o Estado, sustentando o direito francês de possuir e expandir colônias na América, na África e na Ásia.

Na construção de sua abordagem contextual à história da geografia, o geógrafo francês Vicent Berdoulay problematiza as simplificações sobre a escola alemã e francesa e reconhece a pluralidade de orientações dentro da ciência geográfica nascente. Nesse tipo de abordagem, não há desenvolvimento contínuo e acumulativo ou “influências” tão simplesmente, mas uma trama contextual que integra de uma só vez fatores internos e externos relacionados. Assim, se “houve na sociedade uma demanda estrutural favorecendo o nascimento de novas disciplinas, em particular da geografia, no seio do ensino e da pesquisa”,<sup>23</sup> outras questões se somaram para que a geografia se consolidasse como ciência no bojo colonial.

No século XIX, quando os mapas deram apoio à expansão da geografia como disciplina e ciência, “seus efeitos de poder se manifestam novamente no crescimento permanente do imperialismo europeu”. Em muitos contextos diferentes, “os mapas tornaram-se a moeda de ‘negociações’ políticas, de divisões, vendas e tratados feitos sobre o território coloniais, e nos quais, uma vez tornados permanentes pela imagem, estes mapas adquiriam frequentemente força de lei”.<sup>24</sup>

Portugal, por exemplo, criou a Comissão de Cartografia no ano de 1883, para cartografar as possessões ultramarinas e delimitar as suas fronteiras com as colônias vizinhas. Os sucessivos Congressos Coloniais no país (I em 1901, II em 1924 e III em 1930) enfatizavam a urgência de estudos científicos coloniais, e passaram a assumir

<sup>22</sup> BERDOULAY, *A escola francesa de Geografia*.

<sup>23</sup> BERDOULAY, *A escola francesa de Geografia*, p. 136.

<sup>24</sup> HARLEY, *Mapas, saber e poder*, p. 25.



um novo princípio de legitimação dos territórios coloniais assentado na “ocupação científica”.<sup>25</sup>

À semelhança do que sucedera na França e em Portugal, a geografia foi uma ciência auxiliar da ciência histórica até 1930, ano em que foi criado um curso específico de Ciências Geográficas nas Faculdades de Letras das universidades de Coimbra e de Lisboa. Associada ao movimento colonial das missões geográficas, a década de 1930 inaugurou o fortalecimento da geografia portuguesa, o “que não pode ser desligado da necessidade de promover a exploração dos sertões africanos e, deste modo, afirmar a presença de Portugal em África”.<sup>26</sup>

Criada no ano de 1936, a Junta das Missões Geográficas e de Investigação Coloniais subsidiou dezenas de estudos exploratórios nos países africanos. Já no ano de 1951, a terminologia colônias ou colonial foi substituído por ultramar ou ultramarino, o que levou à reconfiguração institucional do órgão, então denominado Junta de Investigações do Ultramar, responsável por dar continuidade a diversas missões científicas. Em 1973, passou a designar-se Junta de Investigações Científicas do Ultramar, consolidando a formalização dessa estrutura no período final do colonialismo português.

Nesse mesmo contexto, a partir de 1983, o Instituto de Investigação Científica do Ultramar assume parte de suas funções, já em um cenário de transição pós-colonial. De modo semelhante, outros países europeus também estruturaram instituições voltadas à produção de conhecimento sobre a África, consolidando uma ciência geográfica fortemente marcada por práticas exploratórias e pelo legado colonial.

Se o projeto colonial era apoiado ampla e abertamente nas ciências, pelo menos até o início do século XX, com o passar do tempo houve formas para amenizar essa relação e enfatizar outros argumentos científicos no interesse do “mundo tropical”. Incluída como disciplina no currículo da Licenciatura e área de estudo proeminente, a “Geografia Colonial”, por exemplo, passou a ser denominada de “Geografia das Regiões

<sup>25</sup> SARMENTO, João. África e as Missões de Geografia Tropical Portuguesa na segunda metade do século XX. *Terra Brasilis*, [S. l.], n. 17, p. 1-26, 2022.

<sup>26</sup> JACINTO, Rui. As novas Geografias dos países de língua portuguesa: um lento devir. In: JACINTO, Rui (org.) *As novas Geografias dos países de língua portuguesa: cooperação e desenvolvimento*. Lisboa: Ancora Editora, 2020, p. 10.





Tropicais”, a partir da reforma do curso superior de geografia em Portugal no ano de 1957, “ajustando a terminologia para ser mais consentânea com os tempos de descolonização e de independências que se seguiram à Segunda Grande Guerra”.<sup>27</sup>

Os conceitos de trópico e de tropicalidade elaborados durante os séculos XVIII e XIX podem ser considerados “a partir de um intercruzamento entre a razão romântica, representada pela ciência humboldtiana, as práticas imperialistas e os avanços da ciência provocados pela incorporação do positivismo em meados do século XIX”.<sup>28</sup>

O resultado foi, em um primeiro momento, a produção discursiva e imagética sobre os trópicos em discussões filosóficas, estéticas, políticas, científicas e médicas relacionadas ao sublime, abundância e exotismo (século XVIII) e, em um segundo momento, relacionada à degeneração, degradação e indolência (a partir de meados dos séculos XIX e século XX). Justificando, portanto, o discurso ideológico de caráter “humanitário” das nações imperialistas na manutenção e controle de suas colônias tropicais e a prática expansiva no desenvolvimento do modo de produção capitalista das metrópoles.

Ainda sobre Portugal e sua relação com o continente africano, para dar vazão as publicações dos estudos decorrentes das missões de subsidiadas pela Junta de Investigações do Ultramar e do mundo tropical, fora criada a revista portuguesa de geografia científica *Finisterra* (1966-atual), tal como as anteriores *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* (1876-atual), a *Garcia de Orta: Revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar* (1953-1972) e a *Geographica: Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa* (1965-1973).

Considerar as revistas acadêmicas como plataformas e repositórios privilegiados de produção e circulação do conhecimento científico é fundamental para compreender as transformações epistemológicas e temáticas de uma determinada comunidade epistêmica.<sup>29</sup> Nesse sentido, a geopolítica do conhecimento adquire uma

<sup>27</sup> JACINTO, *As novas Geografias dos países de língua portuguesa*, p. 14.

<sup>28</sup> VITTE, Antonio Carlos. Entre o imperialismo e a imaginação, a construção da Geografia Tropical em Pierre Gourou. *Terr@ Plural*, [S. l.], v. 5, n. 1, 2011, p. 12.

<sup>29</sup> SILVA, Diogo Gaspar. A Geografia das regiões tropicais na produção científica da revista *Finisterra*, 1966-2021: uma análise bibliométrica. *Terra Brasilis*, [S. l.], n. 17, p. 1-40, 2022.



lógica própria, na qual não apenas o conteúdo, mas também as condições de enunciação do saber se tornam centrais. Assim, questões como quem produz conhecimento, sobre o que se produz e para quem se produz articulam-se diretamente ao “onde” esse conhecimento é publicado e legitimado, configurando os modos pelos quais a geografia científica é enunciada, com seus objetivos, critérios e orientações específicas.

No contexto africano, a respeito da geopolítica do conhecimento, um dos exemplos nesse reposicionamento local-global é a criação de uma associação e de uma revista científica na África do Sul, com objetivo de fortalecer a educação em geografia no país e em outros lugares.<sup>30</sup> A Southern African Geography Teachers' Association (SAGTA), organizada no ano de 2014, transcende as fronteiras nacionais e conecta profissionais dedicados à geografia. No ano de 2018, a SAGTA criou o *Journal of Geography Education in Africa* (JoGEA), periódico internacional de acesso aberto, publicado pela Universidade de Pretória, África do Sul, com uma edição anual e os artigos recebidos em fluxo contínuo mediante pagamento de taxa. O escopo do periódico incide sobre a teoria, a prática e a comunicação de novas pesquisas em Geografia, Educação Ambiental e para o Desenvolvimento Sustentável e áreas afins, com foco geográfico específico na África e no mundo em desenvolvimento.

Anteriormente, o periódico se chamava *Journal of Geography Education for Southern Africa* (JoGESA), mas percebeu-se a necessidade de expandir. A justificativa da SAGTA e JoGEA, é desenvolver a importância da geografia como uma disciplina globalmente relevante nas escolas da África Austral, na África e no mundo; e enfatizar a necessidade de melhoria da educação em geografia no ensino médio em relação às opções de estudo disponíveis no nível terciário na África Austral, no continente africano e globalmente.<sup>31</sup>

Assim, a institucionalização da geografia deve ser compreendida como parte de um campo mais amplo de disputas epistemológicas, no qual universidades, sociedades científicas e revistas acadêmicas não são apenas espaços de difusão do saber, mas

<sup>30</sup> WILMOT, Di. Advancing Geography Education in Southern Africa. *The Journal of Geography Education in Africa*, [S. l.], v. 1, p. 1-13, 2018.

<sup>31</sup> WILMOT, *Advancing Geography Education in Southern Africa*.



também dispositivos históricos de organização da geopolítica do conhecimento. Nesse cenário, a África não aparece apenas como objeto da ciência geográfica, mas também como espaço de produção de resistências, reconfigurações e deslocamentos epistemológicos que tensionam os limites da disciplina.

### **O ensino superior de geografia na África: breves considerações**

A depender do contexto sócio-histórico de cada país africano no processo de colonização e descolonização em relação às suas respectivas metrópoles, o ensino superior em geografia apresenta trajetórias distintas. Ainda assim, cada centro universitário em cada um dos 55 países africanos possui dinâmicas próprias, marcadas por fases, negociações, tensões e contramovimentos internos que exercem grande influência sobre as diretrizes atuais e as perspectivas futuras da ciência geográfica no continente.

Dessa forma, qualquer tentativa de retratar a geografia africana de maneira homogênea revela-se um empreendimento demasiadamente amplo e simplificador. É justamente nas fissuras, contradições e especificidades contextuais que a geografia deve ser compreendida como um campo em permanente disputa.

Nesse contexto, apresento a seguir alguns autores e experiências africanas que discutem a formação do ensino superior em Geografia a partir de seus próprios países e trajetórias profissionais. Essas perspectivas permitem compreender como a institucionalização da ciência geográfica no continente esteve profundamente relacionada às heranças coloniais, às disputas políticas e às demandas sociais locais.

No caso da África Ocidental britânica, por exemplo, a educação oferecida durante o período colonial “revelou-se globalmente inadequada, desigualmente distribuída e mal orientada”.<sup>32</sup> Nesse período, estruturaram-se cinco tipos principais de instituições educacionais: escolas primárias, escolas secundárias, escolas normais, escolas técnicas e universidades. Entretanto, foi sobretudo na segunda metade do

---

<sup>32</sup> BOAHEN, *O colonialismo na África*, p. 939.



século XX, ou seja, no fim do período colonial, que as universidades passaram a ser efetivamente criadas e consolidadas:

Mas, se muitas escolas primárias surgiram na África ocidental britânica em 1860, só em 1876 as primeiras escolas secundárias – a Mfantšipim e a Methodist High School – foram fundadas na Costa do Ouro e na Nigéria, respectivamente, pela Wesleyan Missionary Society, enquanto a administração colonial britânica só veio a estabelecer sua primeira escola secundária (o Achimota College) na Costa do Ouro em 1927. Na colônia italiana da Líbia, como já se viu, só havia três escolas secundárias em 1940 abertas ao povo, duas em Trípoli e uma em Benghazi. Só depois da Segunda Guerra Mundial apareceram algumas escolas técnicas e colégios universitários por toda a África. E é significativo que se tenha criado uma universidade em cada país: em 1947, na Costa do Ouro; em 1948, na Nigéria; em 1950, em Uganda, Madagáscar, Léopoldville e Senegal; em 1953, em Salisbury; em 1957, em Elisabethville. Por outras palavras, a educação técnica e universitária não foi introduzida na África senão no fim do período colonial.<sup>33</sup>

Já sobre a Etiópia, especificamente, o desenvolvimento da geografia como disciplina acadêmica, pode ser subdividido em três períodos: (i) 1950, fundação da geografia na Universidade Nacional da Etiópia, bem como o estabelecimento do *Jornal Geográfico Etíope* e do Instituto de Mapeamento e Geografia; (ii) emigração de acadêmicos, que partiram para escapar da brutalidade do regime Derg.; (iii) geografia cresceu rapidamente com a expansão massiva do ensino superior no país, contando com 21 universidades que oferecem graduação em geografia, oito que oferecem mestrado e a Universidade de Addis Ababa, Etiópia, que lançou um programa de doutorado no ano de 1987.<sup>34</sup>

Autores da área creditam que os desafios à geografia na Etiópia se referem à instrumentalização em Sistemas de Informação Geográfica (SIGs), a organização mais eficaz da comunidade geográfica, a revitalização da mídia acadêmica, como o *Ethiopian Geographical Journal* (criado em 1963), e a capitalização de sua expertise para contribuir com o atual momento econômico do país.

<sup>33</sup> BOAHEN, O *colonialismo na África*, p. 939-940.

<sup>34</sup> BASCOM, Johnathan; WANA, Desalegn; GEBREEGZIABHEAR, Tegegne; MAHITEME, Yirgalem. The Surprising 'Terrain' of University-Level Geography in Ethiopia. *African Geographical Review*, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 19-34, 2011.



No caso de Moçambique, a tese “Geografia de Moçambique: um olhar para a história e epistemologia”,<sup>35</sup> defendida no Brasil, constitui uma das primeiras abordagens sistemáticas da história epistemológica da geografia no país, ao tratar das condições de institucionalização do campo e de suas disputas internas.

Em Moçambique, a Universidade Eduardo Mondlane oferece o bacharelado em Geografia desde 1969, enquanto a Universidade Pedagógica, então Instituto Superior Pedagógico, passou a ofertar a licenciatura em ensino de Geografia em 1986, tornando-se universidade em 1995. Com base em entrevistas com treze docentes, a tese reconstrói arranjos institucionais e diferentes projetos de conhecimento, propondo uma periodização articulada ao processo histórico-político do país: período colonial (1969-1975), pós-independência (1976-1990) e período contemporâneo (1991-2016). Desse modo, relaciona a constituição do campo da geografia universitária e escolar às transformações políticas e institucionais do Estado ao longo dessas diferentes conjunturas históricas.

Em resposta a pressões de setores portugueses nas colônias ultramarinas quanto à continuidade dos estudos superiores, o ensino superior em Moçambique e Angola foi institucionalizado pelo Decreto-Lei n.º 44.530/1962, então vinculado à Universidade de Lisboa. Todavia, o curso de geografia foi efetivamente implementado em 1969, quando então chegaram os professores portugueses para se instalar em Maputo e compor o quadro docente - como Maria Eugénia Moreira e Celeste Coelho e, na sequência, Clara Meneses, todas formadas por influência da escola da geografia regional francesa de Vidal de La Blache.<sup>36</sup>

Quanto aos livros-base do curso de geografia à época, destacam-se as publicações do português José de Oliveira Boleo (1905-1974), autor de vários das primeiras obras publicadas geografia de Moçambique.<sup>37</sup>

<sup>35</sup> LANGA, José Maria do Rosário Chilaúle. *Geografia de Moçambique: um olhar para história e epistemologia*. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.

<sup>36</sup> CAMPOS, Rui Ribeiro de. A política na Geografia de Vidal de la Blache. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, v. 36, n. 2, p. 124-144, 2014.

<sup>37</sup> SPOSITO, Eliseu Savério, LANGA, José Maria do Rosário Chilaúle; JACINTO, Rui. Institucionalização, ensino e investigação da Geografia em Moçambique. *Iberografias*, Coimbra, v. 13, p. 71-99, 2017.



Além disso, a exclusão das populações nativas na universidade era notória.<sup>38</sup> Poucos moçambicanos tinham escolaridade necessária para chegar à Universidade e, sobretudo, porque o objetivo maior da Universidade era “formar pessoal que asseguraria a proposta política e econômica da Coroa, logo, não seriam, portanto, moçambicanos muito menos negros”.<sup>39</sup>

Em um segundo período, já após a independência (1975) e a revisão constitucional (1990), o ensino superior em geografia passa por reconfiguração institucional e curricular, com a incorporação de uma orientação político-pedagógica revolucionária e posterior abertura ao ensino superior não estatal. Nesse período, a geografia desloca suas referências dominantes da tradição francesa para influências da Escola Soviética, em consonância com o alinhamento político do Estado moçambicano no pós-independência.

Interessante notar as divergências interpretativas sobre esse processo: enquanto alguns docentes moçambicanos que trabalharam no ensino superior na época, como Manuel de Araújo, identificam nesse momento a constituição efetiva da geografia moçambicana, outros, como Celeste Coelho, apontam que foi um momento crítico pela falta de “acompanhamento da corrente da Geografia mundial”, já que o corpo docente passou a enfatizar um currículo alinhado aos países do Leste socialistas.

Um grande número dos primeiros geógrafos formados em Moçambique se destacou por ocupar cargos políticos, mostrando a importância que esta ciência teve principalmente para Moçambique independente, e mais tarde, democrático. Para além da atuação profissional em instituições públicas moçambicanas, observa-se também um importante movimento de circulação acadêmica internacional. Como destaca o autor, “se, num primeiro momento, os professores e pesquisadores vinham até Maputo, Moçambique, a partir de 1975, moçambicanos começam a sair do país para se formar, trazendo assim as outras Geografias para Moçambique”.<sup>40</sup> Esse processo

<sup>38</sup> BUQUE, Suzete Lourenço. *Conhecimentos docentes dos alunos da Licenciatura em Geografia da Universidade Pedagógica-Maputo*. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013. TAÍMO, Jamisse Uilson. *Ensino Superior em Moçambique: história, política e gestão*. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2010.

<sup>39</sup> LAGA, *Geografia de Moçambique*, p. 83.

<sup>40</sup> LAGA, *Geografia de Moçambique*, p. 104.



contribuiu para ampliar os referenciais teóricos e metodológicos da Geografia moçambicana, incorporando diferentes tradições e perspectivas ao desenvolvimento do campo no país.

Com a abertura política e econômica consolida-se uma terceira fase. Em 1990 foi iniciado um novo currículo, em que as ciências duras voltam a ter mais força e a questão do ensino perde centralidade. É também a partir desse currículo que se forma grande parte dos docentes que atualmente atuam no campo da Geografia.<sup>41</sup> Por fim, “embora haja crescimento qualitativo e quantitativo, demonstrados na forma de fazer a Geografia em Moçambique, o campo científico da Universidade Eduardo Mondlane e Universidade Pedagógica apresenta-se distante de uma Escola de Geografia Moçambicana”.<sup>42</sup>

Atualmente, as principais áreas da Geografia em Moçambique (Geografia Humana e Geografia Física) são lideradas por geógrafos moçambicanos, entre eles os professores catedráticos Manuel de Araújo e Aniceto dos Muchangos. Formado em 1974, Manuel de Araújo é considerado o primeiro geógrafo moçambicano graduado no próprio país.

Outra questão relevante para compreender o ensino superior em Geografia na África refere-se à construção coletiva do conhecimento a partir das trocas intergeracionais entre docentes e discentes. Atualmente mais diversificados do que no período colonial, os estudantes mobilizam saberes plurais oriundos de suas realidades vividas, contribuindo para novas práticas pedagógicas e para leituras endógenas da universidade africana contemporânea.<sup>43</sup>

Tal concepção é sustentada por autores que discutem a educação em Moçambique, especialmente no contexto da reformulação curricular do Ensino Básico, iniciada em 1983 e consolidada com a introdução do novo currículo em 2002.<sup>44</sup>

<sup>41</sup> BUQUE, *Conhecimentos docentes dos alunos da Licenciatura em Geografia*. LANGA, *Geografia de Moçambique*.

<sup>42</sup> LANGA, *Geografia de Moçambique*, p. 74.

<sup>43</sup> BUQUE, *Conhecimentos docentes dos alunos da Licenciatura em Geografia*.

<sup>44</sup> CASTIANO, José. O currículo local como espaço social de coexistência de discursos: estudo de caso nos distritos de Bárue, de Sussundenga e da Cidade de Chimoio - Moçambique. *Revista E-Curriculum*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 1-33, 2005. CASTIANO, José; NGOENHA, Severino. *A longa marcha duma “educação para todos” em Moçambique*. Maputo: Imprensa Universitária, 2013.



O currículo local é uma institucionalização do espaço de coexistência no ensino primário, que irrompe e favorece à autonomia, o engajamento e a transformação socioeducativa de um povo unido nesta marcha.

Entretanto, a “coexistência silenciosa de discursos” que compõem o processo educativo foi abafada pela imposição de uma concepção hegemônica de construção de conhecimento que, em grande medida, fora reproduzida na África. Nesse sentido, torna-se necessário realinhar o papel do Estado, das universidades, das escolas, dos professores e das comunidades, de modo a “abrir um espaço de reapropriação dos saberes, valores e práticas de natureza universal e local”.<sup>45</sup>

Desse modo, o ensino superior em geografia na África revela trajetórias múltiplas e desiguais, profundamente marcadas pelas heranças coloniais, pelos processos de independência e pelas transformações políticas e educacionais de cada país. Os casos da África Ocidental britânica, da Etiópia e de Moçambique demonstram que a institucionalização da geografia esteve vinculada tanto à influência de modelos europeus quanto a processos locais de apropriação, negociação e ressignificação do conhecimento.

Ao mesmo tempo, a ampliação da circulação internacional de estudantes e docentes, o fortalecimento de geógrafos nacionais e a valorização de saberes oriundos das experiências vividas pelos discentes contribuíram para o surgimento de leituras endógenas da Geografia.

### **Quando geo-grafias se encontram na Geografia: por um pensamento Sul situado**

No campo da Geografia, ainda são limitados os estudos que problematizam a atuação de geógrafos situados fora do eixo euro-estadunidense na constituição da disciplina. Vários intelectuais centrais tanto em processos de descolonização na África e na Ásia, quanto na formulação de perspectivas críticas voltadas à descolonização dos saberes geográficos, são negligenciados. Disso, também, reconhecer o pensamento produzido no continente africano como parte constitutiva da ciência geográfica

---

<sup>45</sup> CASTIANO, O currículo local como espaço social de coexistência de discursos, p. 13.



implica reconfigurar sua história disciplinar a partir de outras geografias do conhecimento, marcadas por redes cosmopolitas, multilíngues e transnacionais do Sul Global.

Para tanto, o debate a seguir reúne evidências das conexões entre geógrafos africanos e a ciência geográfica brasileira, enfatizando a necessidade de recuperar trajetórias e memórias intelectuais frequentemente marginalizadas. Mais do que uma questão de reconhecimento, trata-se de tensionar a matriz hegemônica que ainda organiza a história da geografia brasileira como herdeira direta de uma tradição imperial, à qual parte significativa de seus “clássicos” esteve vinculada.

Em tal horizonte de reposicionamento, destacam-se dois geógrafos africanos com circulação e interlocução no Brasil: John Augustus Otunba Payne (1839-1906) e Akinlawon Ladipo Mabogunje (1931).<sup>46</sup> Payne proferiu uma conferência em 1886 na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ), da qual se tornou sócio correspondente. A SGRJ fora criada em 1883 a partir de uma cisão com a Sociedade de Geografia de Lisboa. A presença do geógrafo africano fazia parte das “cerimônias cívicas” para fortalecer a propaganda abolicionista de caráter elitista adotada pela SGRJ.

Nascido em Lagos, Payne foi autor de importantes publicações sobre história e cultura iorubá, com destaque para *Table of principal events in Yoruba history with certain other matters of general interest compiled for use in the courts within the British colony of Lagos* (Paynes, 1893) e o famoso *Payne's Lagos & West African Almanack and Diary* (publicados por Paynes de 1873 a 1894), além de redator de jornais lagosianos, a exemplo de *The Eagle* e *Lagos Critics*.

Payne participou ativamente da elite iorubá bilíngue letrada, dedicada à recuperação e sistematização de tradições orais africanas por meio de escritos sobre história, religião, costumes e literatura locais.<sup>47</sup> Ao mesmo tempo, sua trajetória esteve profundamente vinculada à estrutura colonial britânica: atuou como escrivão da

<sup>46</sup> CAMPOS, Paulo Eduardo Rolim; FLORENCIO, Thiago. Conexões GeogrÁfricas no Brasil. *Terra Brasilis*, [S. l.], v. 15, p. 1-27, 2021.

<sup>47</sup> SAWADA, Nozomi. *The Educated Elite and Associational Life in Early Lagos Newspapers: In Search of Unity for the Progress of Society*. 2011. Tese (Doutorado em Filosofia) – Centre of West African Studies School of History and Cultures, University of Birmingham, Birmingham, 2011.



Suprema Corte de Lagos e ocupou importantes cargos administrativos na colônia, inserindo-se em uma elite intelectual globalizada marcada por posicionamentos muitas vezes contraditórios em relação à sua condição africana e às suas conexões políticas e intelectuais com países da Europa e da América. De ampla erudição acadêmica, Payne integrou diversas sociedades científicas internacionais, entre elas a Sociedade de Geografia da França, o Instituto Africano de Paris, o Real Instituto Colonial de Londres, o Instituto Rainha Victoria e a Sociedade Filosófica da Grã-Bretanha.

De sobrenome anglicizado (Payne é uma adaptação do nome iorubá Adepayin), Payne mudou oficialmente seu nome de John Augustus Payne para John Augustus Otonba Payne, em 1888. Otonba, abreviação de *Otun Oba*, significa conselheiro do *oba* (chefe), e ele gradualmente passou a enfatizar sua ligação sanguínea com a família real ijú. A mudança de nome enquanto autoinscrição, pode ser encarada como a mudança de inglês negro respeitável para família real ijú. Essa mudança também pode ser acompanhada nas publicações do Almanaque e Diário de Lagos e da África Ocidental de Payne.<sup>48</sup>

A vinda de Payne do Rio de Janeiro foi noticiada de maneira distinta conforme os interesses políticos e editoriais envolvidos. Enquanto os jornais abolicionistas, como a *Gazeta da Tarde* e o *Diário de Notícias*, enfatizaram sua atuação intelectual e publicaram trechos de seu *Almanack*; os discursos divulgados pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ) restringiram-se a uma apresentação protocolar do geógrafo africano enquanto representante de uma colônia britânica, sem sequer publicar sua conferência.

Tal diferença evidencia tensões entre perspectivas vinculadas ao abolicionismo negro e ao abolicionismo elitista na recepção pública de Payne no Brasil.<sup>49</sup> Isso demonstra como na mídia negra abolicionista havia o “reconhecimento de Payne como liderança negra e africana, muito mais do que um súdito do Império britânico”,<sup>50</sup> em contraposição as notas da SGRJ.

<sup>48</sup> SAWADA, *The Educated Elite and Associational Life in Early Lagos Newspapers*.

<sup>49</sup> CAMPOS; FLORENCIO, *Conexões GeogrÁfricas no Brasil*.

<sup>50</sup> CAMPOS; FLORENCIO, *Conexões GeogrÁfricas no Brasil*, p. 6.



Todavia, a viagem de Payne não se limitava ao convite da SGRJ. Dias antes da conferência na SGRJ, ele participou de um encontro com “os descendentes da raça africana”, conforme noticiado no *Diário de Notícias*, com direito a jantar e baile firmando, assim, laços étnicos e pan-africanistas.

Uma das motivações de sua vinda ao Brasil teria sido o desejo de reencontrar familiares residentes no Rio de Janeiro, como registrou a imprensa da época: “ele está visitando parentes no Rio antes de seguir viagem para Londres”.<sup>51</sup> Tal vínculo relacionava-se ao fato de Payne ter sido casado com Martha Bonifácia Lydia Payne, descendente de afro-brasileiros escravizados que retornaram à costa ocidental africana, conhecidos como agudás. Nesse sentido, os vínculos familiares com os agudás extrapolavam relações de parentesco, configurando também um sentimento de pertencimento étnico e diaspórico, a partir do qual Payne buscava fortalecer uma “rede de solidariedade entre os povos negros da diáspora africana como forma de consolidar as conquistas para os povos africanos e, principalmente, a construção de uma identidade iorubá”.<sup>52</sup>

Mais contemporâneo, o geógrafo nigeriano Akinlawon Ladipo Mabogunje (1931-2021) foi professor-visitante na Universidade Federal do Rio de Janeiro entre 1974 e 1975. Durante esse período, também colaborou com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e participou de diversas atividades acadêmicas, profissionais e culturais no Brasil, mantendo vínculos direto com o país até 1982.

Embora Akin Mabogunje seja amplamente reconhecido como um dos grandes nomes da geografia mundial - tendo recebido o Prêmio Vautrin Lud, a mais alta distinção da área - sua obra permanece pouco acessível no Brasil. Apesar de reunir cerca de uma centena de artigos científicos e 23 livros publicados, apenas quatro textos seus (três deles, breves notas) foram traduzidos e publicados em português. “Mabogunje não passa de um ilustre desconhecido entre os que fazem a ciência geográfica brasileira”.<sup>53</sup>

<sup>51</sup> CAMPOS; FLORENCIO, *Conexões GeogrÁfricas no Brasil*.

<sup>52</sup> CAMPOS; FLORENCIO, *Conexões GeogrÁfricas no Brasil*, p. 9.

<sup>53</sup> CAMPOS; FLORENCIO, *Conexões GeogrÁfricas no Brasil*, p. 10.



Além do Brasil, Akin Mabogunje atuou como professor-visitante em diversas universidades ao redor do mundo, incluindo instituições no Canadá, Hong Kong, Inglaterra, Suécia e Estados Unidos. Ele ganhou destaque internacional na comunidade geográfica por sua importante contribuição teórica sobre os movimentos migratórios. Sua proposta de uma abordagem sistêmica para modelar os fenômenos socioespaciais, especialmente os fluxos migratórios com lógica rural-urbana-rural, foi publicada na década de 1970 e se tornou referência na análise da mobilidade populacional no continente africano.<sup>54</sup> No entanto, sua produção científica não se restringiu a esse tema. Mabogunje também se dedicou ao estudo da urbanização tradicional e moderna na Nigéria, com especial interesse em problematizar a aplicação de teorias ocidentais nos processos de urbanização nas cidades africanas.<sup>55</sup>

No decorrer de sua trajetória, o geógrafo nigeriano estreitou laços intelectuais com alguns pesquisadores brasileiros. Destes, Milton Santos foi, sem dúvida, um dos mais importantes interlocutores de Mabogunje no Brasil, citando-o nominalmente em três de suas grandes obras.<sup>56</sup>

As experiências profissionais e pessoais conectam as geo-grafias e reposicionam conceitos e teorias em projetos comuns. Não sem espanto, tanto Mabogunje quanto Santos expressam em suas obras como suas experiências no Brasil e na África, respectivamente, fizeram-nos refletir sobre suas próprias realidades que em muitos pontos convergiam.

Em seu livro de autobiografia, Mabogunje relembra algumas dessas experiências no Brasil, destacando aproximações culturais percebidas entre a Nigéria e a população afro-brasileira. Ao visitar uma das muitas escolas de samba do Rio de Janeiro, afirmou que “a bateria de uma escola de samba é um resquício da música de Lagos, assim não demorou muito para eu já estar cantando a música”. Em outra ocasião, durante uma viagem com professores brasileiros, relatou ter se

<sup>54</sup> MABOGUNJE, Akin Ladipo. Systems Approach to a Theory of Rural-Urban Migration. *Geographical Analysis*, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 1-18, 1970.

<sup>55</sup> MABOGUNJE, Akin Ladipo. *Cities and Social Order*. Ibadan: Ibadan University Press, 1974. MABOGUNJE, Akin Ladipo. Geography and the Problems of the Third World. *International Social Sciences Journal*, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 288-302, 1975. MABOGUNJE, Akin Ladipo. *State of the Earth: Contemporary Geographic Perspectives*. Oxford: Blackwell Publishers, 1997.

<sup>56</sup> CAMPOS; FLORENCIO, *Conexões Geográficas no Brasil*.



impressionado com as formas de preparo do peixe em um restaurante local: “Fiquei particularmente impressionado ao ver pratos preparados com óleo dendê da mesma maneira que fazemos na Nigéria”.<sup>57</sup>

Tempos depois, durante uma viagem de lazer com sua esposa, à cidade de Salvador, que já havia conhecido em sua passagem pelo Brasil na década de 1970, Mabogunje relata sua visita a um terreiro de Candomblé: “Nós ficamos impressionados, especialmente com o fato dos fiéis mesmo sendo cristãos, ainda cantarem em língua Iorubá, foi a primeira vez que vimos como os orixás eram adorados em outro lugar, pois não fazíamos a menor ideia”.<sup>58</sup>

Em contraposição ao racismo institucional e à mentalidade colonial presentes na sociedade brasileira, as trajetórias de Payne e Mabogunje, em suas conexões “geogrÁfricas” com o Brasil, contribuem para uma compreensão mais aprofundada dos processos de construção de identidades territoriais da diáspora Iorubá entre as costas africanas e brasileiras. Além disso, suas experiências ajudam a revelar fissuras e possibilidades críticas no interior de um campo historicamente marcado por perspectivas conservadoras, como a história da geografia.<sup>59</sup>

Nesse sentido, as trajetórias de Payne e Mabogunje permitem compreender as geo-grafias não apenas como objetos de representação, mas como práticas vividas de produção do espaço e do conhecimento, nas quais circulação, pertencimento e experiência se entrelaçam. Trata-se de uma geografia atravessada por regimes coloniais e pós-coloniais de saber, mas também por redes transatlânticas de interlocução que reconfiguram escalas e centros de produção intelectual. Assim, as geo-grafias vividas deslocam a Geografia de uma história disciplinar centrada em instituições e “escolas” para uma epistemologia das práticas, evidenciando como sujeitos, corpos e trajetórias tensionam hierarquias epistêmicas e abrem a disciplina a uma geopolítica plural do conhecimento.

<sup>57</sup> MABOGUNJE, Akin Ladipo. *A Measure of Grace: The Autobiography of Akinlawon Ladipo Mabogunje*. Idaban: BookBuilders Editions Africa, 2011, p. 177.

<sup>58</sup> MABOGUNJE, A *Measure of Grace*, p. 179.

<sup>59</sup> CAMPOS; FLORENCIO, *Conexões GeogrÁfricas no Brasil*.



Nessa perspectiva, a presença de Mabogunje no Brasil ultrapassa a circulação acadêmica, integrando um campo transatlântico de produção de saberes no qual o Atlântico opera como espaço epistemológico de tradução e reconfiguração teórica. Suas experiências em diálogo com práticas culturais brasileiras e africanas revelam zonas de contato nas quais categorias como urbanização, cultura e espacialidade são reinterpretadas a partir de encontros situados. Assim, sua trajetória evidencia que as geo-grafias vividas não constituem uma síntese harmoniosa entre África e Brasil, mas um campo de tensões produtivas que desloca os limites da própria disciplina geográfica.

Akinlawon Mabogunje foi o primeiro e, até o momento, único geógrafo do continente africano a receber o Prêmio Vautrin Lud, concedido em 2017. Considerada a mais importante honraria internacional da geografia, frequentemente associada ao “Prêmio Nobel da Geografia”, a premiação distingue anualmente intelectuais de destaque pela relevância de suas contribuições ao campo. Antes de Mabogunje, Milton Santos havia sido o único geógrafo negro agraciado com o prêmio, em 1994.

Se a relevância de Milton Santos na articulação de redes Sul-Sul e na produção do conhecimento geográfico a partir da realidade terceiro-mundista, em diálogo com debates globais, já foi amplamente discutida por diferentes pesquisadores,<sup>60</sup> sua trajetória também oferece importantes contribuições para compreender como as experiências de travessia do Atlântico foram fundamentais para a construção de parcerias intelectuais e formulações teóricas.<sup>61</sup>

Nascido no interior da Bahia, Milton Santos era filho e neto de professores primários. Graduou-se em Direito no Instituto Baiano de Ensino, em 1948, tornando-se posteriormente jornalista e professor universitário. Durante seu doutoramento na França, estabeleceu seus primeiros contatos diretos com a África a

<sup>60</sup> CAMPOS; FLORENCIO, *Conexões GeogrÁfricas no Brasil*. FERRETTI, Frederico. Subaltern connections: Brazilian critical geographers, development and African decolonisation. *Third World Quarterly*, [S. l.], v. 41, n. 5, p. 822-841, 2020. MACHADO, Mônica Sampaio. A produção intelectual de Milton Santos vista através de sua trajetória espacial: uma interpretação. *GEOgraphia*, Niterói, v. 13, n. 25, p. 18-41, 2012. PEDROSA, Breno Viotto. O périplo do exílio de Milton Santos e a formação de sua rede de cooperação. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 429-448, 2018.

<sup>61</sup> CIRQUEIRA, Diogo Marçal. África vista por um negro baiano: notas acerca das leituras de Milton Santos sobre África. *Revista da ABPN*, [S. l.], v. 12, ed. especial, p. 243-272, 2020.



partir dos incentivos de seu orientador, Jean Tricart. Em 1958, passou algumas semanas na então *Afrique Occidentale Française*, composta por Senegal, Guiné, Costa do Marfim e Mali, em meio às disputas políticas pela independência. A partir dessas experiências na França e na África, produziu diversas obras voltadas à compreensão do continente africano, ainda que alguns autores apontem limites e ambiguidades em certas interpretações presentes nesses trabalhos.

Após retornar ao Brasil, Milton Santos aproximou-se do governo brasileiro e, com a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart, afastou-se momentaneamente do meio universitário para atuar em atividades de planejamento.<sup>62</sup> Nesse contexto, integrou missões diplomáticas para países da África Ocidental em processo de independência a partir de 1961.

Comparando seus escritos produzidos após viagens financiadas pelo governo francês e, posteriormente, pelo governo brasileiro, pesquisadores observam que, “Em uma segunda viagem ao continente africano, o intelectual pode falar com maior “liberdade” e profundidade sobre o problema da colonização nos países africanos e, novamente, de seu encontro pessoal com o “mundo negro”.<sup>63</sup>

Já em outras circunstâncias Santos tem contato novamente com a geografia africana e estabelece parcerias. Entre 1964 e 1976, quando o geógrafo brasileiro se encontrava exilado por conta do regime militar vigente no Brasil, Milton Santos atuou como pesquisador e professor-convidado em universidades de vários países, com passagens pela França, Estados Unidos, Venezuela, Costa Rica, Canadá e Tanzânia<sup>64</sup>.

Entre 1974 e 1976, Milton Santos se dedicou a Universidade de Dar es Salaam. “A ida do intelectual para a Tanzânia estava diretamente ligada às políticas de descolonização promovidas pelo presidente Julius Nyerere que buscavam construir novas imaginações e sensibilidades políticas - para além das visões imperialistas e coloniais do Norte”.<sup>65</sup>

<sup>62</sup> MACHADO, *A produção intelectual de Milton Santos*, p. 36.

<sup>63</sup> CIRQUEIRA, *África vista por um negro baiano*, p. 258.

<sup>64</sup> PEDROSA, *O périplo do exílio de Milton Santos*.

<sup>65</sup> CIRQUEIRA, *África vista por um negro baiano*, p. 259.



O projeto da Dar es Salaam não foi um simples caso de conhecimento ocidentalizado chegando à Tanzânia e colonizando debates; muitos dos acadêmicos ocidentais que participaram levaram para casa conhecimentos profundamente tanzanizados.<sup>66</sup>

O projeto geopolítico de conhecimento para autossuficiência que se baseia nas realidades locais tomado a cabo por Julius Nyerere (1922-1999), como presidente da Tanzânia de 1964 a 1985, encontra em Milton Santos o comprometimento acadêmico necessário para a crítica geográfica à dominação territorial e conceitual da qual tanto África, quanto América foram submetidas, mas nunca totalmente submissas.

Desse modo, as trajetórias de Payne, Mabogunje e Milton Santos evidenciam que a história da Geografia se constitui também por meio de deslocamentos, encontros e interlocuções transatlânticas que reposicionaram sujeitos, conceitos e práticas. Ao recuperar essas conexões Sul-Sul, torna-se possível compreender as geo-grafias como experiências situadas de produção do conhecimento, atravessadas por disputas coloniais, mas também por projetos de autonomia intelectual e reexistência epistemológica que continuam tensionando os limites da disciplina geográfica.

### Considerações finais

A história das ciências é um campo de permanente revisão. Se, por um lado, deve-se evitar leituras anacrônicas, por outro, a crítica historiográfica não pode deixar de problematizar os vínculos entre ciência, poder e colonialidade. Nesse sentido, a abordagem contextual mobilizada ao longo do texto buscou articular autores, instituições e trajetórias distintas para compreender a constituição da geografia a partir de suas relações com o contexto africano.

Se as primeiras seções enfatizaram a centralidade europeia na institucionalização da disciplina, as seções finais privilegiaram as conexões entre África e Brasil, evidenciando como a produção geográfica também se constituiu por

---

<sup>66</sup> FERRETTI, *Subaltern connections*.



meio de redes transatlânticas, deslocamentos intelectuais e experiências situadas. Reconhecer o agenciamento africano na história da geografia implica tensionar narrativas disciplinares centradas exclusivamente no eixo euro-estadunidense e compreender a geopolítica do conhecimento como campo marcado por disputas, persistências e reconfigurações.

Nesse interim, muitas escolhas políticas e aderências teóricas são efetivadas, tanto pelos pesquisadores, quanto pelas instituições de ensino, pelas diretrizes gerais de educação dos países e tendências globais. Ainda que nenhum desses elementos sozinhos explique a dinâmica total da geopolítica do conhecimento, nenhum deles isoladamente pode realizar a transformação desejada.<sup>67</sup>

As geo-grafias, da qual nem a institucionalização científica e nem mesmo os currículos escolares oficiais dão conta, continuam multiplicando encontros e proporcionando reposicionamentos que confrontam as monoculturas. Que a geografia seja ponte, rede e laço em um mundo de tantos cerceamentos. E que as conexões Sul-Sul sigam ampliando horizontes de solidariedade, interlocução e produção compartilhada do conhecimento, abrindo caminhos para geografias mais plurais, situadas e emancipatórias.

## Referências bibliográficas

---

<sup>67</sup> CASTIANO; NGOENHA, *A longa marcha duma "educação para todos" em Moçambique*.



BASCOM, Johnathan; WANA, Desalegn; GEBREEGZIABHEAR, Tegegne; MAHITEME, Yirgalem. The Surprising 'Terrain' of University-Level Geography in Ethiopia. *African Geographical Review*, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 19-34, 2011.

BERDOULAY, Vincent. *A escola francesa de Geografia: uma abordagem contextual*. São Paulo: Perspectiva, 2017, p. 36.

BOAHEN, Albert Adu. O colonialismo na África: impacto e significação. In: BOAHEN, Albert Adu (org.). *História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p. 919-950.

BUQUE, Suzete Lourenço. *Conhecimentos docentes dos alunos da Licenciatura em Geografia da Universidade Pedagógica-Maputo*. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

CAMPOS, Paulo Eduardo Rolim; FLORENCIO, Thiago. Conexões Geográficas no Brasil. *Terra Brasilis*, [S. l.], v. 15, p. 1-27, 2021.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. A política na Geografia de Vidal de la Blache. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, v. 36, n. 2, p. 124-144, 2014.

CASTIANO, José. O currículo local como espaço social de coexistência de discursos: estudo de caso nos distritos de Bárue, de Sussundenga e da Cidade de Chimoio - Moçambique. *Revista E-Curriculum*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 1-33, 2005.

CASTIANO, José; NGOENHA, Severino. *A longa marcha duma "educação para todos" em Moçambique*. Maputo: Imprensa Universitária, 2013.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. África vista por um negro baiano: notas acerca das leituras de Milton Santos sobre África. *Revista da ABPN*, [S. l.], v. 12, ed. especial, p. 243-272, 2020.

DIOP, Cheikh Anta. *Civilização ou barbárie: uma antologia de textos*. São Paulo: Editora da UNESP, 2013.

FERRETTI, Frederico. Subaltern connections: Brazilian critical geographers, development and African decolonisation. *Third World Quarterly*, [S. l.], v. 41, n. 5, p. 822-841, 2020.

GOERG, Odile. Cortar a Guiné em quatro ou como a colonização imaginou a África. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, n. 43, v. 2, p. 191-209, 2021.

HABTE, Aklilu; WAGAW, Teshome. Educação e mudança social. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. (org.). *História Geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010, p. 817-845.

HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. *Confinis*, [S. l.], n. 5, p. 19-51, 2009.

HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre a organização interna e externa das instituições científicas superiores em Berlim. In: CASPER, Gerhard; HUMBOLDT, Wilhelm von. *Um mundo sem universidades?*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003, p. 79-100.

JACINTO, Rui. As novas Geografias dos países de língua portuguesa: um lento devir. In: JACINTO, Rui (org.) *As novas Geografias dos países de língua portuguesa: cooperação e desenvolvimento*. Lisboa: Ancora Editora, 2020, p. 7-21.

LANGA, José Maria do Rosário Chilaúle. *Geografia de Moçambique: um olhar para história e epistemologia*. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.

MABOGUNJE, Akin Ladipo. *A Measure of Grace: The Autobiography of Akinlawon Ladipo Mabogunje*. Ibadan: BookBuilders Editions Africa, 2011.

MABOGUNJE, Akin Ladipo. *Cities and Social Order*. Ibadan: Ibadan University Press, 1974.

MABOGUNJE, Akin Ladipo. Geography and the Problems of the Third World. *International Social Sciences Journal*, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 288-302, 1975.

MABOGUNJE, Akin Ladipo. *State of the Earth: Contemporary Geographic Perspectives*. Oxford: Blackwell Publishers, 1997.

MABOGUNJE, Akin Ladipo. Systems Approach to a Theory of Rural-Urban Migration. *Geographical Analysis*, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 1-18, 1970.

MACHADO, Mônica Sampaio. A produção intelectual de Milton Santos vista através de sua trajetória espacial: uma interpretação. *GEOgraphia*, Niterói, v. 13, n. 25, p. 18-41, 2012.

MAMDANI, *Decolonising Universities*. NYAMNJOH, Francis. *Reimagining African Scholarship: A Convivial Approach Beyond the Single Story*. Limbe: Langaa RPCIG, 2025.

MAMDANI, Mahmood. Between the Public Intellectual and the Scholar: Decolonization and Some Post-Independence Initiatives in African Higher Education. *Inter-Asia Cultural Studies*, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 68-83, 2016.

MAMDANI, Mahmood. *Decolonising Universities*. In: HALVORSEN, Tor; ORGERET, Kristin Skare; KRØVEL, Roy (org.). *Sharing Knowledge, Transforming Societies: The Norhed Programme 2013-2020*. Cape Town: African Minds, 2019, p. 48-67.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *A gênese da Geografia Moderna*. São Paulo: Hucitec, 1989.



MUDIMBE, Valentin-Yves. *A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

OLUKOSHI, Adebayo; ZELEZA, Paul Tiyambe. The African University in the Twenty-First Century: Future Challenges and a Research Agenda. In: OLUKOSHI, Adebayo; ZELEZA, Paul (org.). *African Universities in the Twenty-First Century*. Dakar: Council of the Development of Social Research in Africa, 2004, p. 595-617.

PEDROSA, Breno Viotto. O périplo do exílio de Milton Santos e a formação de sua rede de cooperação. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 429-448, 2018.

SARMENTO, João. África e as Missões de Geografia Tropical Portuguesa na segunda metade do século XX. *Terra Brasilis*, [S. l.], n. 17, p. 1-26, 2022.

SAWADA, Nozomi. *The Educated Elite and Associational Life in Early Lagos Newspapers: In Search of Unity for the Progress of Society*. 2011. Tese (Doutorado em Filosofia) – Centre of West African Studies School of History and Cultures, University of Birmingham, Birmingham, 2011.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Diogo Gaspar. A Geografia das regiões tropicais na produção científica da revista *Finisterra*, 1966-2021: uma análise bibliométrica. *Terra Brasilis*, [S. l.], n. 17, p. 1-40, 2022.

SPOSITO, Eliseu Savério, LANGA, José Maria do Rosário Chilaúle; JACINTO, Rui. Institucionalização, ensino e investigação da Geografia em Moçambique. *Iberografias*, Coimbra, v. 13, p. 71-99, 2017.

TAÍMO, Jamisse Uilson. *Ensino Superior em Moçambique: história, política e gestão*. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2010.

TÉ, Paulo Anós. A violência política colonial na África: um diálogo entre Mahmood Mamdani e Frantz Fanon. *Revista Aedos*, [S. l.], v. 14, n. 31, p. 45-60, 2022.

VARELA, Bartolomeu Lopes. O Ensino Superior em África: potencialidades, desafios e perspectivas. In: *A Causa da Educação*. Praia, 19 out. 2015. Disponível em: <https://bartvarela.wordpress.com/>.

VITTE, Antonio Carlos. Entre o imperialismo e a imaginação, a construção da Geografia Tropical em Pierre Gourou. *Terr@ Plural*, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 9-23, 2011.

WANINGA, Willy et al. The Politics of Knowledge: Power, Epistemic Coloniality, and Publication Dynamics in African Higher Education. *Journal of Education and Practice*, [S. l.], v. 9, n. 5, 31-46, 2025.

WILMOT, Di. Advancing Geography Education in Southern Africa. *The Journal of Geography Education in Africa*, [S. l.], v. 1, p. 1-13, 2018.

YANKAH, Kwesi (2016). A globalização e o acadêmico africano. In: LAUER, Helen; ANYIDOH, Kofi (org.). *O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas*. Brasília: FUNAG, 2016, p. 127-161.

ZELEZA, Paul Tiyambe. *A Historical Accounting of African Universities: Beyond Afropessimism*. Dakar: CODESRIA, 2006.

## African and Afro-Brazilian Perspectives on Geography

### ABSTRACT

This article explores how the institutionalization of geographical science in the 19th century was deeply intertwined with the colonial project, expanding across the African continent through universities, geographical societies, academic and scientific journals, and transnational networks of knowledge production sustained by hegemonic continuities, but also constantly strained by local resistance and negotiations. From a contextual perspective, it discusses how modern geography participated in the colonial production of African space, expressing itself in the ways of seeing, organizing, representing, and naming territories, localities, and geographical characteristics. The text also analyzes the consolidation of higher



education in geography in some African countries, highlighting their historical particularities, curricular disputes, and relationships with the processes of colonization, independence, and nation-building. Finally, it focuses on the intellectual trajectories and connections of African and diaspora authors, such as John Augustus Otunba Payne (1839-1906), Akinlawon Ladipo Mabogunje (1931-2021), and Milton Santos (1926-2001), highlighting how their transatlantic experiences and dialogues developed to challenge the Euro-American centrality in the history of the discipline. When these insurgent geographies meet and articulate transnational networks, paths open up for a situated Southern thought, committed both to local realities and to a global reconfiguration of the production of geographical knowledge.

**Keywords:** Geography; History of Science; Contextual Approach; Africa-Brazil.